



O DESAFIO DO BABAÇU (*ORBIGNYA SPECIOSA* MART. EX SPRENG) NO PIAUÍ

THE CHALLENGE OF BABAÇU (*ORBIGNYA SPECIOSA* MART. EX SPRENG) IN PIAUÍ

Antonio Joaquim da Silva

*Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)
Campus Teresina Central
Teresina, PI
e-mail: antoniojoaquim@ifpi.edu.br*

José Luís Lopes Araújo

*Professor da Universidade Federal do Piauí, (UFPI)
Departamento de Geografia e História
Teresina, PI
e-mail: jlla@ufpi.edu.br*

Roseli Farias Melo de Barros

*Professora da Universidade Federal do Piauí, (UFPI)
Departamento de Biologia
Teresina, PI
e-mail: rbarros.ufpi@gmail.com*

Recebido em: 16/05/2013

Aceito em: 23/09/2014

Resumo

A situação pela qual passam as populações agroextrativistas babaçueiras no Estado do Piauí merece reflexão. A dinâmica econômica atribuída pela atividade produtiva do coco babaçu (*Orbignya speciosa* Mart. ex Spreng, recentemente denominado de *Attalea speciosa* Mart. ex Spreng) à sociedade piauiense se enfatiza aos períodos pujantes da comercialização da amêndoa no mercado internacional. Em anos recentes, o desafio atribuído à cadeia produtiva do coco babaçu é superar o imobilismo das políticas públicas à atividade, principalmente nos espaços rurais. Nesse sentido, esta análise se funde sobre a realidade encontrada em 13

comunidades rurais do município de Miguel Alves (PI), a qual está alicerçada no modelo de observação não participante, cuja construção dos dados foi realizada a partir da aplicação de formulários e entrevistas semiestruturadas com 75 mulheres quebradeiras de coco, possibilitando levantar informações do perfil socioeconômico das famílias; o padrão tecnológico empregado no manejo e no processamento dos produtos gerados; a diversidade dos mercados de consumo; o manejo dos estoques naturais dos babaçuais; a participação das instituições sociais no sistema produtivo do babaçu; a importância cultural do babaçu nas comunidades e as condições geoambientais para a ocorrência do babaçu no município. Os resultados demonstram que os caminhos para a manutenção da atividade babaçueira no Estado partem da potencialização e irradiação de um integrado programa de desenvolvimento local sustentável nas comunidades.

Palavras-chave: Comunidades Tradicionais, Desenvolvimento Local, Extrativismo Vegetal.

Abstract

The situation in which babaçu coconut agroextractivist populations are passing in the state of Piauí deserves reflection now. The economic dynamics given by the productive activity of the babaçu coconut (*Orbignya speciosa* Mart. ex Spreng, recently designated of *Attalea speciosa* Mart. ex Spreng) to piauiense society emphasizes the vigorous periods of almond marketing in the international market. In recent years, the challenge assigned to the productive chain of the babaçu coconut is to overcome the inertia of public policies towards the activity, especially in rural areas. In this sense, this analysis merges on the reality found in 13 rural communities in the municipality of Miguel Alves (PI), which is based on the nonparticipating observation model, the construction of the data was performed from the application of forms and semi-structured interviews to 75 babaçu coconut breaker women, enabling us to gather information on the socioeconomic profile of the families; the technological standard employed in the management and processing of the generated products; diversity of consumer markets; the management of babaçu coconut natural stocks; participation of social institutions in of the babaçu production system; the cultural importance of babaçu communities and geoenvironmental conditions for the occurrence of babaçu in the municipality. The results demonstrate that the pathways for the maintenance of the babaçu activity in the State depart from the potentiation and irradiation of an integrated program of sustainable local development in communities.

Keywords: Traditional Communities, Local Development, Extraction Plant.

1. INTRODUÇÃO

Em anos recentes, potencializar e valorizar a economia local a partir de suas realidades produtivas se apresenta como uma mudança eficaz à qualidade de vida

dos cidadãos e cidadãs. A necessidade de substituir modelos de desenvolvimento baseados em critérios economicistas, excludentes, evidencia o desejo e o envolvimento das comunidades locais em novas formas de pensar o desenvolvimento.

Nesse contexto de mudança, é frutífero olhar as comunidades locais por dentro, entendê-las em essência, sendo oportuno perceber seus valores, símbolos, crenças, possibilidades, capacidades e limitações. Destaque-se que o foco no potencial local infere em novas formas produtivas para a sociedade e nas relações com a natureza.

Nesta via de pensamento, a natureza do desenvolvimento, segundo a realidade local, passa a ser uma questão de reflexão, pois “el nivel local es donde se forjan las identidades culturales, donde se expresan como una valorización social de los recursos económicos y como estratégias para la reapropiación de la naturaleza” (LEFF, 2000, p.64).

O desenvolvimento a partir da valorização das capacidades e potencialidades das comunidades é ressaltado por Buarque (2008, p.25). Para o autor, o desenvolvimento local expressa:

Um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local.

Nesse processo, o autor sugere a necessária organização e a mobilização da sociedade local para a exploração das suas capacidades e potencialidades comuns, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da comunidade.

Encontramos similaridade do termo na definição de Jesus (2003, p.72), segundo o autor, desenvolvimento local é “um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade locais, criando

oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local”.

A profundidade da análise do tema configura um esforço concentrado e localizado para mudança das realidades locais. Assim, na percepção de Eid e Pimentel (2008, p.126), entendemos que:

São lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços, de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais.

As perspectivas de um integrado, equitativo e holístico desenvolvimento baseado nas potencialidades e capacidades das localidades contribuem para a agregação de valor dos produtos e da competitividade da economia local na região. O dinamismo do processo se respalda, ainda, no uso racional dos bens ambientais e nos parâmetros institucionais de governabilidade e governança, os quais resultam em ações múltiplas, convergentes e complementares à sociedade. “É preciso lembrar que desenvolvimento local é sinônimo de intervenções nas quais se estabelecem parcerias, com objetivos ao mesmo tempo sociais e econômicos” (MARTINELLI, 2004, p.175).

Assim, a médio e a longo prazos, o desenvolvimento local assegura melhorias das condições socioeconômicas no território e região (TABOSA *et al.*, 2004). Ponderamos que a objetividade no conceito é o critério endógeno, pois com o fortalecimento das capacidades e potencialidades locais, a partir de ações incentivadoras e propostas socioeconômicas inclusivas, haverá melhoria significativa da qualidade de vida comunitária.

Para efeito de organização sistêmica, “o território pode ser visto tanto como um ofertante de recursos à atividade produtiva, cujo enraizamento (territorialidade) depende da especificidade desses recursos, tanto como ator das estratégias de crescimento e desenvolvimento por meio de seus elementos sociais constituintes” (FUINI, 2006, p.55). Além dos fatores econômicos, devem ser somados ao

desenvolvimento local, nos territórios, os fatores socioculturais. Por conseguinte, na elaboração das ações afirmativas e potencializadoras dos lugares é essencial a difusão de critérios participativos diversos na geração e irradiação do capital social.

As definições referendadas corroboram com argumentos de Sousa Santos e Rodriguez (2002, p.53). Para esses autores, “é preciso formular modos de pensamento e ação que sejam ambiciosos em termos de escala, ou seja, que sejam capazes de pensar e atuar em escala local, regional, nacional e até mesmo global, dependendo das necessidades e iniciativas concretas”.

Assim, é preciso pensar na imagem de comunidades como entidades vivas e dinâmicas, abertas e em estreito contato com outros lugares e em diferentes escalas (BUARQUE, 2008). Para que isso aconteça, é preciso o planejamento de ações concretas e inclusivas. Planejar significa assumir decisões tecnicamente fundamentadas e politicamente sustentadas.

Como um processo social, o planejamento do desenvolvimento local deve contribuir para a construção de um projeto da sociedade local, que mobilize os atores sociais e organize as ações convergentes dos diversos agentes, de modo a implementar as transformações na realidade que preparam o futuro desejado. [...] É fundamental também para sistematizar e conferir racionalidade e interação lógica às ações e atividades diversificadas no tempo, aumentando a eficácia das ações e seus impactos positivos sobre a realidade (BUARQUE, 2008, p.83-84).

Segundo Oliveira (2006), o inventário de muitos problemas sociais, econômicos, culturais e ambientais que afetam as localidades populares é o que atrai o olhar. Para tanto, elas passam a ser vistas e definidas de forma pejorativa, pelo que não têm, pelo que lhes falta. Nessa conjuntura, seus moradores são transformados em beneficiários passivos de ações pensadas e executadas de cima para baixo. Para o autor, na falta de um ponto de partida, a expectativa é que a solução seja a decorrência de projetos, programas e financiamentos destinados para as mesmas, de fora para dentro.

Para evitar ou reduzir a dependência externa referendada, autonomia e capacidade de gerência são requisitos imprescindíveis à ampliação do poder de decisão da esfera local. As territorialidades formadas pelos cidadãos e cidadãs

sobre seu presente e seu futuro podem assegurar-lhes maior capacidade na arrecadação de receitas e independência na elaboração e promoção de medidas e estratégias de desenvolvimento. Segundo Nascimento Júnior (2006) e Buarque (2008), a participação na esfera política e administrativa das organizações que constituem a sociedade local possibilitaria a ocorrência da democracia nos territórios.

Ressaltamos que a análise do desenvolvimento local se irradia tanto para o espaço urbano como para o meio rural. Para o último, Martinelli (2004) define como remanescentes ainda não atingidos pelas cidades. Este espaço cadencia um olhar contido em sociabilidades e coletividades com o meio geográfico. Dessa forma, “as relações interpessoais estreitas; tradição de solidariedade; acolhida e ajuda mútua; grande cuidado com o patrimônio; estreita relação com o ambiente natural; forte sentimento de identidade e diversidade das culturas rurais” (MARTINELLI, 2004, p.240) são traços característicos da ruralidade.

Nesse contexto, devem ser consideradas as características de cada indivíduo ou grupo social, ou seja, a cultura e identidade de cada ator ou comunidade, os saberes, as crenças, o simbolismo, as subjetividades e tradições. “A valorização dos saberes locais desloca a supremacia do conhecimento científico, da relação objetiva do conhecimento e sua pretensão de universalidade, para os saberes arraigados nas condições ecológicas do desenvolvimento das culturas” (LEFF, 2010, p.95).

Essa formulação pressupõe que os saberes locais guiam culturalmente as relações ecossistêmicas. Dessa forma, pressupomos que:

En las culturas tradicionales, el conocimiento, los saberes y las costumbres están entrelazadas en cosmovisiones, formaciones simbólicas y sistemas taxonómicos a través de las cuales clasifican a la naturaleza, y ordenan los usos de sus recursos; la cultura asigna de esta manera valores-significado a la naturaleza, a través de sus formas de cognición, de sus modos de nominación y de sus estrategias de apropiación de los recursos (LEFF, 2000, p.60).

Assim, especial atenção deve ser dada às comunidades locais que vivem em harmonia com a natureza. Diegues *et al.* (2000), Diegues (2004) e Leff (2000, 2009, 2010), apresentam as comunidades tradicionais (indígenas, extrativistas,

camponesas, pescadores artesanais) como grupos sociais de grande dependência dos recursos naturais.

Essas comunidades apresentam estruturas simbólicas, sistemas de manejo e, muitas vezes, isolamento, que contribuem para esforços de conservação da natureza.

[...] ora, grande parte das florestas tropicais e outros ecossistemas ainda não destruídos pela invasão capitalista é, em grande parte, habitada por tipos de sociedades diferentes das industrializadas, isto é, por sociedades de extrativistas, ribeirinhos, grupos e nações indígenas. Muitas delas ainda não foram totalmente incorporadas à lógica do lucro e do mercado, organizando parcela considerável de sua produção em torno da autossuficiência. Sua relação com a natureza, em muitos casos, é de verdadeira simbiose, e o uso dos recursos naturais só pode ser entendido dentro de uma lógica mais ampla de reprodução social e cultural, distinta da existente na sociedade capitalista (DIEGUES, 2004, p.79).

Assim, um critério importante para definir culturas ou populações tradicionais e, conseqüentemente, comunidades tradicionais, é o reconhecer-se como pertencente àquele grupo social particular, remetendo à questão da identidade (DIEGUES, 2004).

A identidade remete a uma construção social consciente e baseada em oposições simbólicas. Logo, percebemos que:

A identidade entendida como relação entre o ser e o saber abre o mundo a partir de seu encerramento na lógica estruturante que leva cada vez mais a homogeneizar o mundo em torno de certas leis supremas; abre novamente o mundo para uma coevolução da cultura e da natureza, do real e do simbólico; leva a ressignificar o mundo, até mesmo a sacrificar as palavras que fixaram o sentido das coisas em seu poder denominativo; não apenas rompe o egocentrismo da ciência, mas renova os significados atribuídos de antemão às coisas, leva a repensar a autonomia e a biodiversidade, é um convite a pensar de novo para gerar saberes que formem novas identidades (LEFF, 2010, p.107).

Na identidade, a cultura apresenta fundamental importância. A cultura é universal, logo, todo indivíduo tem cultura, própria de si, que são atribuídas pela sociedade a qual pertence. Os valores, os símbolos, os significados, as crenças e tradições são transmitidos como herança entre gerações. Nessa perspectiva, a

identidade é concebida ao nascer (ZUBRZYVKI, 2002). Assim, vivemos e atuamos no interior de culturas onde:

O respeito à diversidade cultural e à identidade étnica de cada povo tem uma série de implicações no manejo sustentável dos recursos naturais. Em todas as sociedades tradicionais as suas práticas sociais e produtivas estão intimamente relacionadas com suas formações ideológicas [...] que estabelecem um sistema cultural de significações sobre a natureza e de normas sociais sobre o acesso e uso de seus recursos (LEFF, 2009, p.297).

A natureza, para as populações tradicionais, tem função relevante na definição e desenvolvimento de modos de vida particulares. Nessa via de pensamento, Sachs (1994, p.39) argumenta que “a promoção do meio de vida sustentável deve se tornar parte da linha mestra da estratégia de desenvolvimento e não pode ter sucesso sem a participação das comunidades locais”. Por conseguinte, muito se fala da importância das comunidades rurais na conservação da natureza, e o papel preponderante orquestrado pela cultura e das relações sociedade/natureza.

Pelo contexto exposto, salientamos a importância sociocultural da atividade extrativa do coco babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng) na reprodução sociocultural das quebradeiras de coco ou babaçueiras (segmento social) em comunidades rurais no Piauí. A matriz econômica, social, cultural e ambiental desses lugares é fator relevante no desencadeamento das reflexões propostas. Entendemos que as babaçueiras desempenham função preponderante para a manutenção do estoque natural do babaçu e das identidades culturais locais.

2. HISTÓRICO ECONÔMICO DO BABAÇU NO PIAUÍ

Na história da formação socioeconômica do Piauí, o extrativismo vegetal se apresenta com notória importância. Além do babaçu, destacaram-se a carnaúba (*Copernicia prunifera* (Mill.) H. E. Moore) e a maniçoba (*Manihot glaziovii* Müll. Arg.). Entretanto, em anos recentes, apenas a produção de cera da carnaúba apresenta significativa valorização entre os produtos de origem vegetal no Estado.

Segundo Queiroz (2006), as primeiras exportações da amêndoa do coco babaçu piauiense datam de 1911, para a Alemanha. Durante a Primeira Guerra

Mundial (1914-1918), a escassez acentuada de óleos vegetais no mercado internacional foi determinante para a introdução do produto ao mercado externo. Após a Primeira Guerra Mundial, as exportações se ampliam a outros países, como: Dinamarca, Holanda e Portugal. Contudo, conforme o autor, como produto de exportação, o babaçu só era superado pela cera de carnaúba, tanto em quantidades quanto valores monetários.

No contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) cresce o interesse dos norte-americanos pelo produto. Em termo de demanda interna, sua ampliação ocorreu a partir dos anos de 1930, com o primeiro surto industrial no país (SANTOS, 1979).

Conforme Mendes (2003), no final da década de 1940 a produção extrativa do babaçu piauiense representou 19,2% da produção brasileira e, em 1947, representou 42,6% da produção nordestina. O Estado do Maranhão lidera historicamente a produção nacional de amêndoas, cabendo ao Piauí a segunda colocação.

Todavia, em anos recentes houve decréscimo da produção de amêndoas no país. Para isso, diversos fatores contribuem para o quadro de estagnação, dentre eles destacamos a concorrência dos oleaginosos derivados das monoculturas; a existência de conflitos pela posse da terra em algumas áreas de ocorrência da planta; a inexistência de parcerias comerciais entre indústrias e babaçueiras e a pouca infraestrutura produtiva, logística e empreendedora nas comunidades locais extrativas (CARVALHO, 2007).

Assim, conforme o IBGE (2013), no período dos anos 2000 a 2010, a produção piauiense representou apenas 4,87% da produção nacional. Dessa forma, a queda de produtividade da amêndoa do coco babaçu no Estado revela uma desvalorização da atividade extrativa. Isso se deve, principalmente, aos fatores apresentados por Carvalho (2007). Nessa perspectiva, corroboramos com Silva (2011), quando cita que a redução na produção da amêndoa e as possibilidades de aproveitamento racional e integral do babaçu é um fato pertinente às reflexões sobre políticas de desenvolvimento local sustentável aplicado à atividade no Piauí.

3. FICHA TÉCNICA DO BABAÇU

A tolerância a climas com temperaturas elevadas e constantes, nas quais as precipitações pluviométricas são acima de 1.000 mm anuais, justifica a espacialização do babaçu por quase todo o interior do Brasil, desde o Estado do Amazonas até São Paulo (SILVA *et al.*, 2010). A maior ocorrência da palmeira é observada no Mato Grosso, nos Estados da região Norte, nos Estados do Maranhão e Piauí e em algumas áreas isoladas no Ceará, Pernambuco e Alagoas.

A maior ocorrência das palmeiras do babaçu no Estado do Piauí se dá em ambiente de floresta subúmida, entre o Baixo e o Médio Parnaíba piauiense, cujos solos são em geral arenosos e com elevado índice de umidade. Essas condições são encontradas, particularmente, nas áreas de cerrado, baixadas e cocais (SILVA, 2011). A Figura 1 apresenta vegetação de babaçu em comunidade rural no Piauí.



Figura 1: Palmeiras de coco babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng) no município de Miguel Alves (PI)

Fonte: Silva (2010)

Conforme Santos (1979) e Lorenzi (2004), a planta do babaçu apresenta caule solitário, na forma colunar, de 10-30m de altura e 30-60cm de diâmetro. Suas folhas são pinadas, eretas e divergentes, com 175-260 pinas distribuídas, regularmente, sobre toda extensão da raque, chegando até 8m de comprimento; as

flores, em geral, são creme-amareladas, estaminadas, distribuídas em duas fileiras ao longo de um dos lados das raquias.

Os frutos surgem de agosto a janeiro, são alongados e ovais, com predominância da coloração castanha. Chegam a pesar 0,5kg, apresentando pericarpo duro e até cinco sementes. Segundo Wilhelms (1968), considerando as condições locais de ocorrência, uma palmeira de babaçu chega a produzir, anualmente, cerca de 2.000 frutos.

A fase vegetativa da palmeira vai desde sua germinação até a produção do primeiro cacho, entre 7 a 12 anos (LORENZI, 2004), com uma vida produtiva próxima dos 60 anos. O potencial do babaçu vai desde a geração de energia ao artesanato, e diversas atividades econômicas podem ser desenvolvidas a partir da palmeira. Dentre as partes dessa, o fruto tem o maior valor econômico para aproveitamento tecnológico e industrial. A ocorrência do babaçu em diversos Estados brasileiros é um quesito importante quando se buscam alternativas de desenvolvimento local a determinados territórios.

Assim, considerando a importância histórica, socioeconômica e cultural do babaçu no Estado do Piauí, esta pesquisa tem como objetivo refletir o desafio da manutenção do sistema produtivo do coco babaçu no Estado, a partir da realidade encontrada no município de Miguel Alves (PI). Para tanto, apresenta a situação encontrada em 13 comunidades rurais do município. Nessas comunidades, famílias agroextrativistas, representadas pelas quebradeiras de coco, têm na atividade produtiva a possibilidade de geração de renda, manutenção do estoque natural das palmeiras e das identidades culturais locais.

Dessa forma, a pesquisa propõe responder se o sistema produtivo do coco babaçu está proporcionando melhorias na qualidade de vida nas comunidades locais. Portanto, faz-se necessário apresentar as estratégias, expectativas, percepções e possibilidades de desenvolvimento do local em que vivem as quebradeiras de coco.

4. METODOLOGIA

A escolha de Miguel Alves (PI) para esta pesquisa se deve a sua liderança na produção de amêndoas no período de 2000 a 2010 (IBGE, 2013), somada à importância sociocultural e ambiental da atividade na reprodução socioespacial das famílias agroextrativistas, pois desenvolvem atividades de cultivo agrícola e pastoril, associadas ao extrativismo do babaçu. Os resultados contemplam parte da dissertação de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPI), realizada no período de 2009 a 2011.

Utilizamos nesta pesquisa o método dialético descrito por Sposito (2004), como ideal para a formatação da verdade, por refutar as opiniões do senso comum quando essas são expostas às próprias contradições. A construção dos dados foi realizada a partir de formulários e entrevistas semiestruturadas, às quais obedeceram a um roteiro de tópicos-guias (THIOLLENT, 1987).

Dessa forma, a partir do modelo de observação não participante ou observação passiva (LAKATOS; MARCONI, 1991) foram levantadas informações em 13 comunidades rurais de Miguel Alves, no período de janeiro a maio de 2010. Nas comunidades, foi identificado o perfil socioeconômico das famílias; o padrão tecnológico empregado no manejo e no processamento dos produtos gerados; a diversidade dos mercados de consumo; o manejo dos estoques naturais dos babaçuais e a importância cultural do babaçu nas comunidades. Para tanto, foram aplicados formulários às 75 mulheres quebradeiras de coco (babaçueiras) residentes nas comunidades Bom Princípio, Centro Designo, Ezequiel, Jenipapeiro da Mata, Lagoa do Mato, Mato seco, Paraíso São Benedito, Pedra Grande, Retrato, Riacho do Conrado, Santana, São Jerônimo e Todos os Santos (Figura 2).

A ausência de publicações de dados quantitativos de quebradeiras de coco no município propiciou a adoção da amostragem não probabilística intencional. Segundo Santos (2012), esse tipo de amostragem relaciona apenas elementos que estejam disponíveis para compor uma amostra, e se busca adequar à escassez de mão de obra.

As entrevistas foram realizadas nos municípios de Miguel Alves, Teresina e União, no mesmo período da aplicação dos formulários. As informações coletadas

possibilitam entender a participação das instituições sociais no sistema produtivo do coco babaçu. Para tanto, contou com a participação de duas representantes administrativas da Associação das Quebradeiras de Coco (AQCMA); quatro intermediários; dois representantes de empresas industriais; um representante da CPT/PI e um gestor público do município.

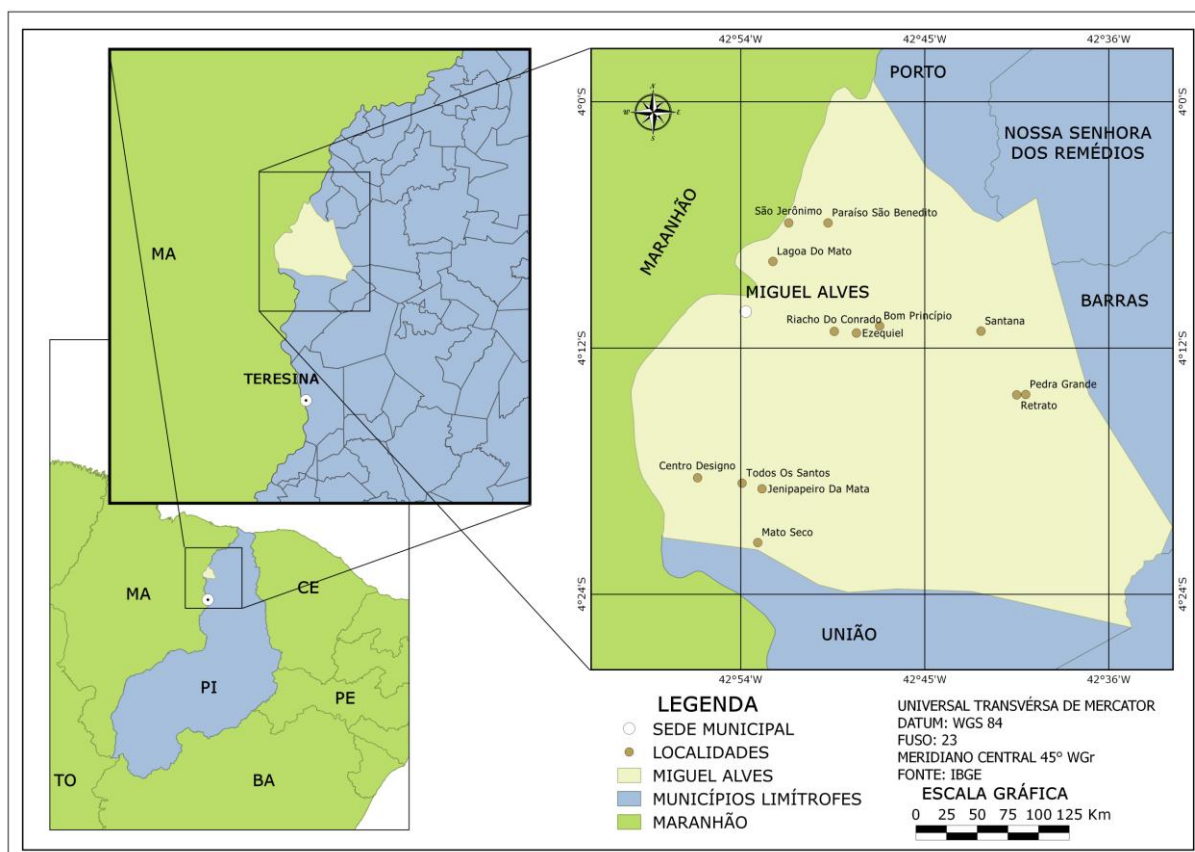


Figura 2: Localização das comunidades rurais em Miguel Alves (PI).

A pesquisa apresenta, também, as condições geoambientais para a ocorrência do babaçu no município. Os dados foram tratados no Programa Pacote Estatístico para as Ciências Sociais (SPSS) e Planilha Eletrônica Excel 2007.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Localizado na Microrregião Geográfica Baixo Parnaíba Piauiense, o município de Miguel Alves, que se situa nas coordenadas geográficas 04° 09' 56", latitude Sul

e 42° 53' 43", longitude W, apresenta população recenseada para o ano de 2010 de aproximadamente 32.289 habitantes (IBGE, 2010).

As atividades econômicas principais são: exploração do coco babaçu e pó de carnaúba, pecuária, comércio e serviços. O município apresenta alto grau de exclusão social. Seu Índice de Exclusão Social de 0,285 (LIMA, 2003) o posiciona no 213º lugar no *ranking* estadual.

Para identificação do clima na área pesquisada, utilizamos a classificação de Thornthwaite, de 1948, que apresenta caráter analítico e com grande contribuição em estudos de zoneamento agrícola. A classificação utiliza, como indicador, os índices de balanço hídrico de um local, calculados a partir da evapotranspiração potencial (Etp), que indica o processo de transferência, de forma natural, de água do solo para a atmosfera, pela incidência de radiação solar em solo coberto por vegetação. Nesse sentido, o clima se classifica como Tropical no subtipo subúmido, num cenário médio, com médias de temperaturas anuais de 29°C e isoietas médias anuais de 1.600mm.

Predomina no município a vegetação de floresta mista subcaducifólia em transição com cerrado/caatinga, campos inundáveis, cerrado arbustivo e palmeirais (ARAÚJO, 2006). Nesta formação, além dos babaçuais que ocorrem de forma densa, predominam outras espécies arbóreas que se mantêm verdes durante todo o ano, e outras que perdem as folhas durante o período seco.

A altitude local varia entre 100 a 200 metros. Isso ocorre em decorrência de sua localização geográfica em área dos Baixos Planaltos do Médio-Baixo Parnaíba. Destacam-se as formações geomorfológicas: Serra dos Altos, Serra do Alegre, Vale do Rio Parnaíba, as Lagoas do Riachão, Salinas e das Almas, e os Riachos da Arara e da Ameixa.

Considerando a dinâmica da rede hidrográfica no Estado, o município de Miguel Alves se situa em área de Bacias Difusas do Médio Parnaíba (microbacia hidrográfica). Nesse contexto, o potencial hídrico subterrâneo local se apresenta de fraco a médio, e de médio a forte (ARAÚJO, 2006). As bases geológicas da área em estudo decorrem do grupo Barreiras, da Formação Poti ou Grupo Canindé e

Formação Longá. Foram identificados os seguintes tipos de solos para o município: Latossolo Amarelo; Argissolo; Neossolos e Plintossolos (EMBRAPA, 2013).

5.1. Sistema produtivo do coco babaçu: atores, produtos e tecnologias

O sistema produtivo inicia com as quebradeiras de coco, que tem média de idade de 44 anos, e finaliza com os empresários industriais (Figura 3). Porém, algumas vezes essa relação se torna parcial, pois, dependendo do contexto socioeconômico e produtivo no qual se encontram as famílias, a comercialização dos produtos, principalmente da amêndoa, torna-se pouco satisfatória. É atribuída às quebradeiras de coco a base do sistema produtivo.

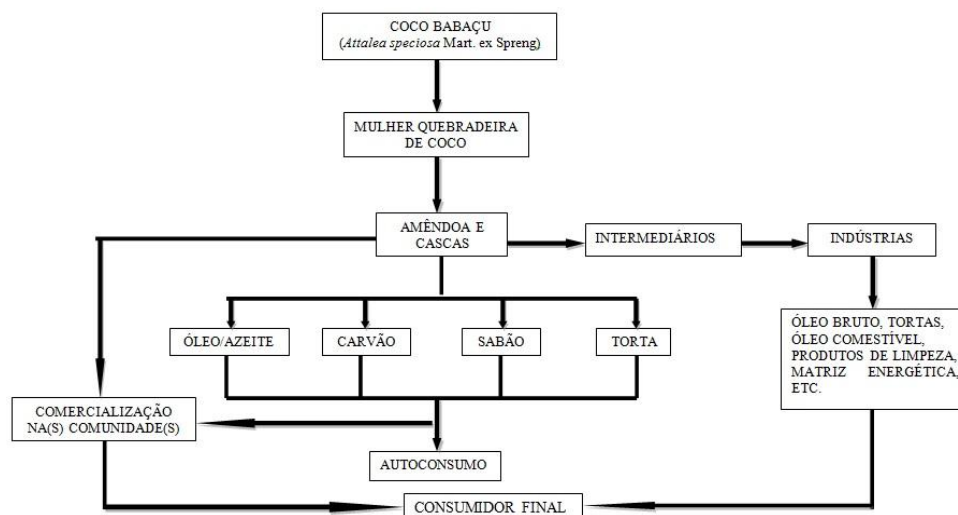


Figura 3: Fluxograma do Sistema agroindustrial do coco babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng) em Miguel Alves-PI.

Fonte: Adaptado de Silva (2011)

Os principais produtos gerados do coco babaçu são as amêndoas e a casca. Do beneficiamento artesanal da amêndoa são produzidos o óleo ou azeite, ração animal e sabão. Da casca é gerado o carvão vegetal, utilizado como matriz energética para o preparo de alimentos caseiros. Esses produtos são comercializados principalmente nas comunidades do município.

Mesmo com a existência de máquinas e equipamentos destinados à quebra e beneficiamento do fruto do babaçu (MAY, 1990; CARVALHO, 2007), o trabalho,

principalmente da quebra do coco, é realizado de maneira artesanal. Essa atividade é praticada principalmente por mulheres e crianças.

Os cocos são coletados na floresta e depois levados para os quintais das residências, onde ocorre a quebra manual. Geralmente, é realizada com o uso de um machado preso às pernas e um porrete utilizado para bater e quebrar o coco na lâmina do machado (Figura 4).



Figura 4: Quebradeira de coco. Comunidade Ezequiel, Miguel Alves (PI)
Fonte: Silva (2010)

Segundo a pesquisa, 13,3% das mulheres vendem a amêndoa para intermediários, que a revendem a indústrias de beneficiamento localizadas nos municípios de União e Teresina. Para 73,4% das mulheres, a amêndoa se destina principalmente para a produção do óleo comestível.

A ação do intermediário funciona como uma rede de ligação entre a produção *in natura* da amêndoa nas comunidades e a indústria, e influencia diretamente na geração de renda; diminuindo-a; às famílias, o que poderia ser solucionado através da comercialização direta da amêndoa entre indústria e quebradeiras de coco (SILVA, 2011). Nesse sentido, não há transações diretas entre as quebradeiras de coco e empresas industriais.

A média mensal de produção familiar da amêndoa *in natura* é estimada em 56 kg. Dessa forma, relacionando produção mensal da amêndoa com o seu valor, R\$

1,00/kg (período pesquisado, fev. 2010), para a venda aos intermediários, a renda ofertada da comercialização da amêndoa se apresenta relativamente baixa, situando-se em R\$ 56,00/mês por família. Contudo, esses valores são relativos, pois dependerá da quantidade de amêndoa produzida pelas famílias e o seu valor de mercado, além dos ganhos oriundos da comercialização do azeite e dos outros derivados do coco.

O óleo comestível produzido pelas mulheres quebradeiras se apresenta como o principal produto processado da amêndoa e consumido por 100% das famílias. Estima-se que a média mensal de óleo comestível produzido entre as quebradeiras é de 26 litros. Para 65,3% das mulheres pesquisadas, a venda do óleo comestível é considerada um complemento à renda familiar, onde o valor médio de sua comercialização é R\$ 5,67/litro (período pesquisado, fev. 2010).

A comercialização do óleo é feita entre famílias na própria comunidade ou em outras comunidades do município. Nessa perspectiva, para 22,7% das mulheres, o principal mercado consumidor do óleo do coco babaçu produzido por elas são outras comunidades do município. Assim, um grande percentual de mulheres quebradeiras de coco (77,3%) comercializa o óleo na comunidade a que pertence. Essa realidade é respaldada pela senhora M.A.P. da S., quebradeira de coco residente na comunidade rural Ezequiel.

“Se a gente tivesse como transportar nossos produtos para a cidade [sede do município de Miguel Alves - PI] e para outros lugares, seria muito bom, a gente depende muito de transporte, logo as comunidades são muito distantes e nós não temos dinheiro para estar sempre nas comunidades e na cidade. Se pelo menos tivesse como transportar nossos produtos ficaria melhor pra nós. O preço da passagem é muito caro para a cidade e nem sempre temos como pagar”.

Notadamente, constatamos que as estratégias de produção e reprodução social e econômica das quebradeiras de coco dependem cada vez mais de suas próprias possibilidades de existência e resistência, e menos da sensibilidade da gestão pública local. Em vista disso, Buarque (2008, p.85) enfatiza que todo município, independentemente do seu tamanho e de suas condições, pode e,

sobretudo, deve planejar prioridades, estabelecer metas e estratégias, pensar o médio e o longo prazos, coordenar e catalisar as decisões e as ações a um plano de trabalho consistente, uma vez que o “paradoxo do planejamento reside, na realidade, no fato de ser tão mais necessário quanto maiores as dificuldades e restrições, portanto, quanto menor, mais pobre e carente for o município.”

Nessa mesma linha de raciocínio, Sachs (2008) preconiza a preponderância das questões logísticas no ambiente econômico, hoje, para fortalecer a competitividade dos produtos rurais nos mercados interno e externo. Nesse contexto, considera a ampliação dos serviços técnicos, e nesse escopo destaca o transporte de pessoas e mercadorias, uma *conditio sine qua non* do desenvolvimento endógeno.

Segundo a senhora B.R.O., documentarista e assessora do trabalho com mulheres da CPT-PI, a deficiência de transporte dos produtos gerados é um grande desafio a ser enfrentado nas comunidades.

“Na atividade [exploração do coco] um dos grandes desafios é a questão das distâncias para as famílias né, têm mulheres que anda sete ou oito quilômetros para vir a uma reunião [com a CPT]. É uma dificuldade, melhor, é um desafio [...], ela [distância] muitas vezes dá um desgaste muito grande por parte das mulheres, principalmente”.

Fica patente nas narrativas a opinião consensual e uníssona de que a exploração do coco babaçu tende a tornar-se cada vez menos estimulante por conta das dificuldades para escoar a produção. Consequentemente, isso repercute no progresso material, no bem-estar social, mas, sobretudo, na manutenção das identidades culturais e dos modos de vida agroextrativistas, uma vez que depende de um intrincado e complexo jogo pelo qual as comunidades se relacionam com o espaço em que estão inseridas.

Outro produto artesanal oriundo do coco babaçu é o carvão. Ele é produzido a partir do pericarpo (casca) do coco babaçu. Nas comunidades locais ele é produzido por 84,0% das mulheres que o utilizam como matriz energética para o preparo de alimentos. Sua comercialização é praticada por 28,57% do total das quebradeiras.

A renda mensal é um item que chama a atenção. Segundo resultados da pesquisa, em 97,0% das mulheres, os rendimentos mensais se situam em até um salário mínimo. Dessa forma, corroboramos com Vilela e Moraes (2008), quando afirmam que as quebradeiras de coco demarcam sua presença no sistema produtivo do babaçu, mais pela tradição cultural do que, propriamente, por melhoria significativa da renda.

No âmbito da análise do uso da terra, a dependência aos ciclos naturais para o plantio alimentar, de um bom período chuvoso, submete o sucesso da safra às condições do tempo. Em períodos instáveis de precipitação no município, a dependência à exploração de produtos oriundos do coco babaçu é maior e inevitável. A complementação da renda ocorrerá em bons desempenhos nos produtos gerados do coco babaçu. Como exemplo disso, a quebradeira de coco M.S.O., 63 anos, moradora da comunidade Todos os Santos, em Miguel Alves, relata:

“Olha, meu filho, você chegou na hora certa. O quadro aqui é de calamidade pública, a gente vive da roça e da venda do azeite do coco, se não chove, não colhe, então, só sobra o coco pra gente sobreviver [vender]. Esse ano [ano de 2010], como choveu pouco [verão], a lavoura já tá toda perdida, o feijão, o milho, o arroz, tudo praticamente tá perdido. Então, a gente tá passando fome, uma miséria [...]”

Notamos que a vitalidade social e a reprodução econômica das comunidades são asseguradas pelo coco babaçu. As raízes históricas e culturais que, reunidas em um mesmo território, constituíram uma matriz produtiva e uma conformação social (SHNEIDER, 2003), não estão sendo valorizadas nas políticas públicas de desenvolvimento local.

Assim, o desespero manifestado pela quebradeira de coco sobre suas possibilidades de sobrevivência se contrapõe à retórica ideológica da acumulação capitalista em Miguel Alves, cujos interesses hegemônicos entre agentes estatais e privados são benesses para a consolidação da grande lavoura do arroz (*Oryza sativa* L.), que ocupa maior área, utiliza tecnologias e insumos modernos, detém mão de obra de baixo custo e dispõe de incentivos fiscais e de crédito agrícola.

Nessa perspectiva, um grande percentual de mulheres tem no agroextrativismo o carro-chefe para seus rendimentos mensais, representando 72,0% das entrevistadas. Por outro lado, 17,0% das mulheres se apresentam entre as que recebem benefícios oriundos de aposentadoria e bolsa família (Serviços de Transferência de Renda). As demais mulheres, 11,0%, têm, como principal atividade geradora de renda mensal, a prestação de serviços domésticos na sede do município ou em outras comunidades próximas.

As lavouras temporárias mais cultivadas pelas famílias, por ordem de classificação, são: o arroz (*Oryza sativa* L.), que corresponde a 31,0% da produção entre as famílias; o milho (*Zea mays* L.), com 20,0%; o feijão (*Phaseolus vulgaris* L.) aparece com 17,0% das preferências de produção e a mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) responde por 12,0% dos produtos mais cultivados. Somados, correspondem a 80,0% do que é mais produzido nas comunidades.

5.2. A visão de futuro das quebradeiras de coco

Segundo Buarque (2008), definição importante da sociedade local sobre o futuro desejado, ou seja, aonde se pretende chegar com a implementação de plano local de desenvolvimento sustentável, define-se por meio de uma descrição qualitativa e quantitativa da realidade futura.

Nesse sentido, considerando a realidade descrita e o futuro desejado pelas pesquisadas, foram sugeridas pelas quebradeiras de coco algumas prioridades consideradas importantes para uma maior dinamização da atividade, Figura 5.

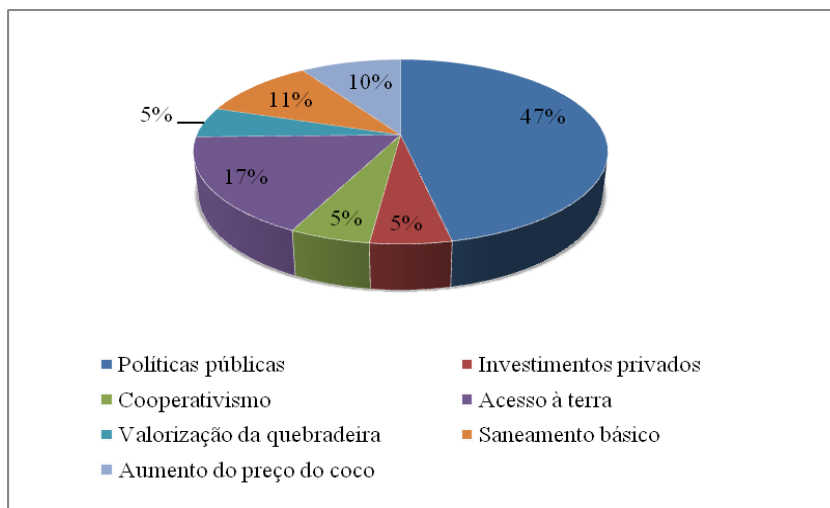
O DESAFIO DO BABAÇU (*ORBIGNYA SPECIOSA* MART. EX SPRENG) NO PIAUÍ

Figura 5: Distribuição das mulheres quebradeiras de coco babaçu em comunidades rurais de Miguel Alves-PI, segundo as prioridades sugeridas para melhoramentos na atividade.

Fonte: Pesquisa direta nos meses de março a abril de 2010.

O aumento no preço do coco, critério indicado por 10,0% das quebradeiras de coco, apresenta-se de forma complexa, pois o seu valor é subordinado pela demanda da amêndoa nas indústrias. Segundo o IBGE (2013), o valor da produção da amêndoa sofreu variação positiva no mercado, acima de 160,0%. Dessa forma, o problema está na pequena produção ofertada nas comunidades (56 kg/mês), em virtude da baixa produção de amêndoas devido à quebra manual; das dificuldades de transportes da amêndoa e do acesso das quebradeiras a algumas áreas de babaçuais, por causa das disputas pela posse da terra.

As dificuldades vivenciadas nas comunidades ressaltam a importância das políticas de investimentos à atividade do babaçu. Assim, para 47,0% das pesquisadas o objetivo das políticas públicas seria oferecer uma dinamização da atividade produtiva do coco babaçu no município e Estado.

O Estado se apresenta como corresponsável no planejamento de políticas de desenvolvimento local, pois as comunidades terão um papel significativo no desenvolvimento e valorização das suas capacidades e qualidades produtivas. Nesse processo, corroboramos com Rückert (2005), quando salienta que as experiências comunitárias são ricos universos políticos e culturais que tenderão a se consolidar enquanto escalas efetivas de poder local, e poder genuíno das populações.

Contudo, de acordo com o senhor S.A.N., representante da Secretaria da Agricultura e Abastecimento de Miguel Alves, a atuação do Estado precisa ser revista. O representante salienta que:

“Não há projetos de incentivos à atividade do coco [...] tá faltando integrar mais um com o outro [Movimentos Sociais Locais – quebradeiras, e gestores públicos municipais]. Que eu vejo assim [...] que tá pouco distante [quebradeiras e gestores] tá faltando trabalho mais próximo um com o outro, porque eu vejo um pouco distante e quando se distancia fica mais difícil pra gente dá apoio.”

Essa opinião remete à emergência do processo de planejamento, como uma reflexão calcada sobre a realidade, seu contexto e as sinergias de futuro, representa também uma contribuição essencial “para capacitação e o desenvolvimento sociopolítico e cultural da sociedade local, promove uma integração e negociação de saberes e interesses” (BUARQUE, 2008, p.88).

A necessidade de interação entre os gestores públicos com as comunidades, visando atingir melhorias na atividade do babaçu, também é respaldada pela senhora S.M.A.S., representante da Associação das Quebradeiras de Coco do município, que comenta:

“Nas reuniões sempre a gente convida representantes da prefeitura, mas ainda estamos aguardando respostas deles. Até o momento o incentivo que nós vem recebendo é da Igreja Católica, da CPT Regional. Eu acho que as autoridades [gestores públicos] deveriam vir nas comunidades e dar palestras [oferta de cursos de capacitação] aos moradores para ajudar a sustentar [fortalecer], dando a força nos movimentos que a gente já tem habitado nas comunidades para que o povo possa acreditar mais [perspectivas de melhorias socioeconômicas entre as famílias nas comunidades locais].”

Essa concepção realça que o conflito e a negociação dos interesses sociais coletivos, divergentes ou convergentes, com a racionalidade técnica, ONGs ou técnicos do governo, permitem delimitar as propostas e as condições inerentes e efetivas de consolidação da atividade do babaçu, na medida em que são definidas as prioridades das comunidades. Nessa perspectiva, Buarque (2008, p.93-94) comenta que:

O tratamento técnico de parte dos órgãos públicos é fundamental para a avaliação da viabilidade das decisões, situando o desejado da sociedade dentro dos limites do possível, definido pelas restrições estruturais. [...] Desse ponto de vista, o Estado não é um ente autônomo e desvinculado da sociedade nem tem vontade própria, mas se apresenta como a expressão dos atores, de seus interesses diferenciados e suas relações de poder.

O papel da gestão pública também é ressaltado pelos empresários industriais. Conforme relataram, nos últimos anos vem diminuindo a quantidade de amêndoa comercializada pelos intermediários. Dessa forma, a crise, segundo esse segmento social, é atribuída aos poucos incentivos (investimentos públicos) às empresas do setor, mas, principalmente, à pouca valorização, por parte do Estado, do trabalhador agroextrativista.

A importância das políticas públicas para a melhoria de vida das camadas sociais é expressa por Condé (2006). Para o autor, elas são concebidas como políticas expressas na forma de leis, programas, linhas de financiamento, dentre outras, que dão conta da aplicação dos recursos públicos, visando à melhoria de vida da população. Todavia, essas políticas poderão ter uma pequena ou uma grande participação da sociedade na sua formulação e aplicação, isso irá depender do nível de abertura democrática do Estado e da organização da sociedade local.

Nesse sentido, uma importante atribuição dedicada ao Estado é de agente investidor/financiador de fundos para investimentos privados. Esses investimentos podem destinar-se a setores privados, desde que resultem na formação de capital social à classe trabalhadora. Os investimentos do setor privado, com a possível instalação de indústrias de beneficiamento do babaçu no município, são sugeridos por 5,0% das quebradeiras de coco.

Entendemos que o planejamento do desenvolvimento local sustentável em Miguel Alves possibilitará a formação de espírito empreendedor entre as quebradeiras de coco. Para tanto, a cooperação é uma prioridade a ser investida na dinamização da atividade produtiva do babaçu para 5,0% das pesquisadas. Um excepcional sistema de cooperativas nas comunidades pressupõe a ação democrática dos atores locais na tomada de decisões. Então, corroboramos com

Sousa Santos e Rodriguez (2002) quando afirmam que as cooperativas apontam para a remuneração igualitária dos trabalhadores donos das empresas cooperativas; a criação de formas de sociabilidade solidária baseadas no trabalho colaborativo e na participação democrática para tomada de decisões sobre as empresas.

A valorização da atividade do babaçu é indicada por 5,0% das mulheres. É uma prioridade que revela, num primeiro momento, a necessidade de maior incentivo do poder público na gestão de políticas de apoio à atividade, possibilitando assim perspectivas de valoração dos produtos gerados pela exploração do coco babaçu. Por conseguinte, destacamos a necessidade de agregação de valor aos produtos gerados do coco babaçu, isso, conseqüentemente, será pertinente para uma geração de renda mais equitativa. Em seguida, essa valorização parte do reconhecimento da importância das mulheres quebradeiras de coco, enquanto movimento social organizado e, em terceiro, da importância socioeconômica da atividade extrativa do coco babaçu para a preservação cultural da história do município e na história da formação econômica do Piauí.

O saneamento básico é indicado por 11,0% das quebradeiras de coco babaçu. É uma prioridade que remete ao Estado melhorar a prestação de serviços considerados de primeira necessidade à qualidade de vida das famílias. Assim, eventual atenção deve ser dada às comunidades carentes do município no acesso ao saneamento básico.

5.3. As práticas de manejo ambiental nos babaçuais

O uso racional do estoque ambiental é apreendido por grande parte das pesquisadas. Assim, conforme os dados na Figura 6, foram apontadas pelas mulheres algumas práticas consideradas sustentáveis à conservação ambiental dos babaçuais.

Notamos que o manejo ambiental do babaçu realizado pelas mulheres quebradeiras de coco apresenta relação na conservação da biodiversidade e na reprodução de seus padrões culturais de uso dos recursos. Dessa forma, o uso equilibrado, com vistas à manutenção do estoque das áreas de babaçual é bem-

sucedido para 94,0% das entrevistadas. Nesse universo amostral é destacável a rejeição aos desmatamentos (65,0%).

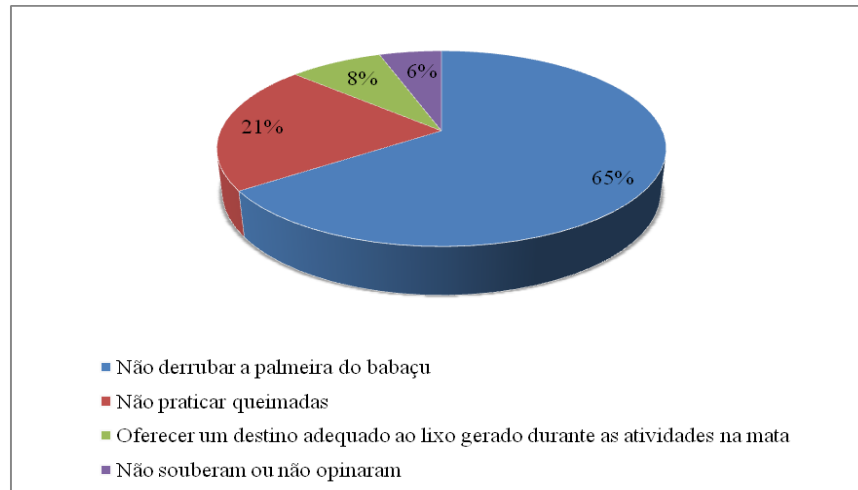


Figura 6: Distribuição das mulheres quebradeiras de coco babaçu em comunidades rurais de Miguel Alves-PI, segundo as práticas relacionadas à conservação dos babaçuais.

Fonte: Pesquisa direta nos meses de março a abril de 2010

Reiteramos que a concepção de desenvolvimento ultrapassa o viés estritamente econômico. Novos valores são adicionados aos objetivos do desenvolvimento. Esses valores, cujas dimensões são sociais, culturais, ambientais e políticas passam a contemplar a funcionalidade do desenvolvimento sustentável.

Segundo Leff (2009), os princípios de uma cultura ecológica se definem a partir de racionalidades culturais surgidas nas formas de organização produtiva e dos estilos étnicos das comunidades locais. Deste modo, para o citado autor, a preservação e o aproveitamento produtivo da biodiversidade dependem das organizações particulares, as quais desenvolvem estilos próprios de manejo do seu ambiente.

Parafraseando o autor, entendemos que:

As práticas produtivas de cada formação social, fundadas na simbolização de seu ambiente, nas crenças religiosas e no significado social dos recursos, geraram diversas formas de percepção e apropriação, regras sociais de acesso, práticas de manejo dos ecossistemas e padrões culturais de uso e consumo dos recursos [...] São as populações que habitam as matas, as selvas tropicais e as áreas locais onde se expressa sua cultura, onde se forjam suas solidariedades coletivas e se configuram os seus projetos de vida, que podem assumir o compromisso de manter a base de

recursos naturais, como legado de um patrimônio histórico e cultural, fonte de um potencial econômico para as gerações vindouras (LEFF, 2009, p.115-135).

Segundo a senhora R.B.O., representante da CPT regional Piauí, as quebradeiras de coco desenvolvem todo um cuidado com a natureza, que as aproxima de um modo de vida tradicional, estritamente sustentável.

“Há um cuidado muito grande [entre as mulheres]. Como a retirada do coco é um processo muito manual, muito caseiro, de intimidade entre elas [mulheres] e o ambiente, eu acho que as mulheres e, principalmente, feito pelas mulheres há muito esse cuidado com a natureza.”

A preservação dos babaçuais pelas quebradeiras de coco se manifesta como um saber reintegrador da diversidade, de novos valores éticos, simbólicos e culturais, gerados pela articulação de processos de resiliência ecológica e de herança sociocultural. Por conta disso, as preocupações em não praticar queimadas (21%) e controlar o destino dos resíduos sólidos (8%) aparecem como atributos positivos que validam a consciência sustentável dessas trabalhadoras.

Considerando o exposto, entendemos que o acesso e a participação social na gestão de seus recursos produtivos, além de promover a satisfação de suas necessidades básicas, contribuem para o estabelecimento de formas e níveis de produtividade cultural (LEFF, 2009), possibilitando a conservação dos estoques naturais.

6. CONCLUSÃO

Nas comunidades, o fator determinante para a produção oriunda do coco babaçu é a necessidade e não um possível lucro. Não obstante as limitações de serviços básicos e técnicos para a organização da reprodução social e econômica das comunidades, os produtos artesanais gerados são fundamentais para garantir a sobrevivência e resistência das famílias frente à sociedade dominante.

Em algumas situações, a comercialização direta dos produtos se torna restrita. Isso acontece, muitas vezes, em virtude da necessidade de dinheiro para acesso a certas mercadorias não produzidas por elas.

Mas, apesar dos baixos rendimentos monetários oriundos do beneficiamento artesanal do coco babaçu, as quebradeiras de coco desempenham funções essenciais para a manutenção dos estoques naturais do babaçu, às suas identidades culturais e ao próprio sistema produtivo do babaçu.

Os resultados da pesquisa demonstram que a atividade produtiva do coco babaçu, em Miguel Alves-PI, é uma complexa e multifacetada rede de contradições sociais e econômicas que resiste à inércia da dinâmica do espaço. Isso acontece em consequência da ausência de ações e programas de apoio à atividade.

Nesse sentido, entendemos que a aplicação de políticas (públicas e privadas) que valorizem a atividade possibilitará mudança no quadro apresentado. Essas políticas devem objetivar, em contexto, o acesso à terra, ao saneamento básico, ao cooperativismo e à valorização da quebradeira. Salientamos que o alcance desses objetivos em comunidades rurais produtoras do coco babaçu no Piauí são essenciais para uma política eficaz de desenvolvimento local sustentável.

O desafio a ser superado pelo babaçu no Estado é romper o imobilismo governamental pela ausência de programas e ações proativos ao desenvolvimento endógeno. A mudança integral e contínua se coaduna pelo reconhecimento da importância da atividade produtiva do babaçu aos territórios locais e do papel desempenhado pelas comunidades na manutenção do estoque natural e preservação dos seus modos de vida. Nesse sentido, a aplicação de políticas que tenham como princípios a manutenção da biodiversidade nas áreas de babaçuais e a segurança socioeconômica das famílias, faz-se pertinente ao sistema produtivo do babaçu.

7. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. L. L. (Org.). **Atlas escolar do Piauí: Geo-histórico e cultural**. João Pessoa: Grafset, 2006.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. 8. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CARVALHO, M. D. F. de (Org.). **Aproveitamento racional do babaçu**. Teresina, PI: UFPI/CNPq, 2007.

CONDÉ, P. A. A. **O acesso à terra e a visão do público não mobilizado em acampamentos**: o crédito fundiário no município de Caçador (SC). 2006, 271 fls. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Centro de Ciências Agrárias. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V.; SILVA, V. C. F. da; FIGOLS, F. A. B.; ANDRADE, D. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: USP/MMA/CNPq, 2000.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

EID, F.; PIMENTAL, E. B. Planejamento do desenvolvimento local e economia solidária. In: LIANZA, S.; ADDOR, F. (Orgs.). **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário**. Porto Alegre, RS: UFRGS, p. 121-137. 2008.

EMBRAPA. **Banco de dados sobre a classificação dos solos no município de Miguel Alves (PI)**. Disponível em: <http://www.uep.cnps.embrapa.br/solos/index.php?link=pi> Acesso em 15 de janeiro de 2013.

FUINI, L. L. A nova dimensão dos territórios: competitividade e arranjos produtivos locais (APL). **Revista Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 4, n. 1, p. 53-66, 2006.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2009**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____. **Censo demográfico 2010 (Piauí)**. Características da população e dos domicílios. Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Banco de dados sobre a produção da extração vegetal e da silvicultura no período 2000 a 2010**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=VS&z=t&o=18> Acesso em: 13 de fevereiro de 2013.

JESUS, P. de. Desenvolvimento local. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre, RS: Veraz Editores, p. 72-75. 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LEFF, E. Espaço, lugar y tiempo: la reapropiación social de la naturaleza y la construcción local de la racionalidade ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Porto Alegre, UFPR, n.1, jan./jun. 2000.

_____. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **Discursos sustentáveis**. São Paulo, SP: Cortez, 2010.

LIMA, G. P. **Atlas da exclusão social no Piauí**: a herança deixada. Teresina, PI: Fundação CEPRO, 2003.

LORENZI, H. (Org.). **Palmeiras brasileiras e exóticas cultivadas**. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2004.

MAY, P. H. **Palmeiras em chamas**: transformação agrária e justiça social na zona do babaçu. São Luís: EMAPA/FINEP/Fundação Ford, 1990.

MARTINELLI, D. P. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**. Barueri, SP: Manole, 2004.

MENDES, F. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

NASCIMENTO JÚNIOR, F. das C. do. O desenvolvimento e a reinvenção de sua promoção em escala local: conceito falsas políticas e dilemas de promoção do desenvolvimento local. **Revista Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 4, n. 1, p. 31-39, 2006.

OLIVEIRA, M. D. de. O desenvolvimento a partir da comunidade: do poço sem fundo das necessidades à valorização das capacidades. In: CARDOSO, R.; OLIVEIRA, M. D. de; LOBO, T.; FRANCO A. de; GORDINHO, M. (Orgs.). **Sociedade civil, democracia e desenvolvimento**: ideais e experiências em debate. São Paulo: Marca D'água Ltda, p.67-70. 2006.

QUEIROZ, T. **Economia piauiense**: da pecuária ao extrativismo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2006.

RÜCKERT, A. A. Reforma do Estado, reestruturação territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. **GEOUSP – Espaço e tempo**, São Paulo, n. 17, p. 79-94, 2005.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSTZTYN, M. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994. p. 29-56.

_____. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, A. de P. dos. **Estudo sócio-econômico dos principais produtos do extrativismo vegetal do Piauí: babaçu**. Teresina, PI: Fundação CEPRO, 1979.

SANTOS, I. E. dos. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 9. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2012.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos técnicos e um estudo de caso. In: SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, 2003, Santa Maria – RS. **Anais**. p. 1-25. UFSM, Santa Maria - RS, de 26 a 27 de maio de 2003.

SILVA, A. J. da; ARAÚJO, J. L. L.; BARROS, R. F. M. de. Agroextrativismo em área de babaçual piauiense: o duro caminho para o desenvolvimento local sustentável. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, V, 2010, Não paginado, Florianópolis - SC. **Anais**. UFSC, Florianópolis – SC, de 4 a 7 de outubro de 2010.

SILVA, A. J. da. 2 fotografias digital color, 2010.

_____. **Extrativismo do coco babaçu (*Orbignya phalerata*, Mart.) no município de Miguel Alves-PI**: caminhos para o desenvolvimento local sustentável. 2011, 147 fls. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Trópico Ecotonal do Nordeste, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

SOUSA SANTOS, B. de; RODRIGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SOUSA SANTOS, B. **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 23-77. 2002.

TABOSA, F. J. S; TEIXEIRA, K. H.; FURTADO, D. M.; MADALAZZO, C. L.; MAYORGA, M. I. de O. Desenvolvimento local e capital social: uma leitura sobre os núcleos e arranjos produtivos do Estado do Ceará. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, XLII, 2004, Cuiabá. Não paginado. **Anais**. Cuiabá, 2004. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/05P308.pdf> Acesso em 10 de março 2013.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987.

VILELA, S. L. O.; MORAES, M. D. C. **Relatório final de pesquisa SAG-Babaçu**. Teresina: CONSPAR, 2008.

WILHELMS, C. **Babaçu riqueza inexplorada**: possibilidades para a intensificação das exportações brasileiras através da diversificação das ofertas. Rio de Janeiro: Banco do Brasil/Instituto de Óleos, 1968.

ZUBRZYCKI, G. The classical opposition between civic and ethnic models os nationhood: ideology, empirical reality and social scientific analysis. **Polish Sociological Review**, Chicago, USA, n. 3, p. 275-295, 2003.